



**ACÓRDÃO Nº605/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11751/2019.**

**Apensos:** Processo nº 10431/2019.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira

**4- Exercício:** 2018

**5- Responsável:** Alex Goncalves Fontes (Ordenador de Despesa)

**6- Advogado:** Não Possui

**7- Unidade Técnica:** DICAMI

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1863/2020-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Notificação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Alex Goncalves Fontes, responsável pela Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, no curso do exercício 2018, conforme o art. 22, inciso II, c/c art. 24, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução.

**10.2. Aplicar Multa** ao Sr. Alex Goncalves Fontes no valor de **R\$ 2.500,00**, com fulcro no art. 54, VII, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VII, Resolução nº 04/2002 TCE/AM, em face do disposto nos itens 34 e 39, supra, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não



**ACÓRDÃO Nº605/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.3. Determinar** à origem:

- a) Quanto à observância dos recolhimentos de tributos municipais;
- b) Que envie nas próximas prestações de contas anuais, a legislação atualizada do subsídio dos Vereadores;
- c) Que cumpra o artigo 48-A, I, da LRF.

**10.4. Determinar** à próxima Comissão de Inspeção do TCE/AM que acrescente no Plano de Auditoria às matérias trazidas como determinação à origem, para no caso de reincidência aplicar-se o disposto no art. 54, IV, “b” da Lei nº 2.423/96.

**10.5. Notificar** o Sr. Alex Goncalves Fontes, Presidente da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, à época, com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.

**11- Ata:** 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 17 de Junho de 2020

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral